

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 073**

Período: de 15/03/03 a 21/03/03

Franca – Brasil

- 1 – Violência continua após a saída da Forças Armadas das ruas do Rio de Janeiro, dizem jornais
- 2 – Governo brasileiro quer rever uso da base de Alcântara pelos EUA.
- 3 – Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) localiza 33 pistas clandestinas
- 4 – Para Partido dos Trabalhadores (PT), Iraque não representa perigo à paz
- 5 – Guerra leva Estados Unidos a buscarem aproximação com Brasil
- 6 – Jornal norte-americano *The New York Times* analisa o papel das Forças Armadas brasileiras
- 7 – Militares ficam de fora da reforma previdenciária
- 8 – Brasil toma providências com o início do conflito no Iraque, mas posiciona-se contra a guerra
- 9 – Exército comanda combate ao fogo em Roraima
- 10 – Programa Nuclear da Marinha pede mais verbas
- 11 – Promotor da Justiça Militar diz ter sido ameaçado de morte no Rio de Janeiro
- 12 - Integrantes do governo Lula defendem modelo de desenvolvimento do regime militar
- 13 - Artigo destaca necessidade de anonimato de autoridades brasileiras
- 14 - Ministro da Defesa se pronuncia sobre o conflito no Iraque

Violência continua após a saída da Forças Armadas das ruas do Rio de Janeiro, dizem jornais

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a violência volta a ocorrer nas ruas do Rio de Janeiro após a saída das Forças Armadas. Um dia após a retirada destas, crimes violentos voltaram a acontecer: o assassinato do gerente de um hospital na Baixada Fluminense e o assassinato de uma mulher após uma tentativa de assalto. O *Estado* mostra que a população se sentia mais segura com as Forças Armadas nas ruas, embora não tenha havido uma diminuição da frequência de crimes durante a Operação Guanabara. Comerciantes dizem preferir as Forças Armadas à Polícia Militar, devido à corrupção da última. O Comando Militar do Leste (CML) considerou que as tropas cumpriram sua missão, o que foi manifestado em balanço da operação divulgado na sexta-feira (14). Vinte e cinco pontos considerados estratégicos foram tomados pelo Exército entre os dias 28 de fevereiro e 8 de março. A Marinha de Guerra ficou com nove pontos e a Força Aérea, com quatro. Segundo o CML, as tropas podem voltar às ruas caso sejam acionadas pelo Ministério da Defesa. O relações-públicas da PM, major Frederico Caldas, informou que assim que os militares começaram a deixar as ruas, a PM ocupou não só pontos antes policiados por militares como outras áreas de risco apontadas pelos batalhões. A *Folha de São Paulo* mostra que após a saída das Forças Armadas das ruas do Rio de Janeiro um ônibus foi incendiado na noite desta segunda-feira (17) nas proximidades do morro da Coruja, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio. Foi o primeiro veículo queimado após o período em que as Forças Armadas patrulharam ruas do Rio de Janeiro, do Carnaval à última sexta-feira (14). É o 41º ônibus queimado desde os ataques promovidos por traficantes no dia 24 de fevereiro. Segundo policiais do 7º Batalhão, a causa do protesto teria sido a morte de um suposto traficante durante um confronto com a polícia durante a tarde. O Morro da Coruja é controlado por traficantes do Comando Vermelho (CV), mesma facção que, de acordo com a polícia, organizou os atentados do dia 24. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Josias Quintal, anunciou na quinta-feira (20) que até o fim do mês serão realizadas

operações conjuntas com o governo federal em favelas do Rio. Segundo o superintendente da Polícia Federal (PF) no Rio, delegado Marcelo Itagiba, a Polícia Federal vai ajudar o governo do Estado a decidir os alvos preferenciais da nova ação contra o crime na cidade. A PF vai ficar encarregada de reprimir o contrabando de armas, identificando as rotas, bem como ficará encarregada de atuar na área de inteligência com o apoio das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Nacional - 15/03/03; Folha de S. Paulo – Cotidiano -17/03/03; O Globo – Rio – 21/03/03).

Governo brasileiro quer rever uso da base de Alcântara pelos EUA

O governo brasileiro deverá mesmo retirar do Congresso o projeto do acordo assinado entre Brasil e Estado Unidos para permitir o lançamento de foguetes a partir da Base de Alcântara, no Estado do Maranhão. O assunto já está em estudo e a decisão de reabrir a discussão para obter consenso em torno de um novo texto será do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com os ministros da Defesa, das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, a ser realizada nos próximos dias. Confirmando a tendência do Palácio do Planalto, o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PC do B - SP), disse ontem que "é prudente" que o projeto seja retirado do Congresso. Os pareceres aprovados pelas duas comissões, de acordo com o deputado, "são contraditórios e conflitantes". Durante a campanha, Lula avisou que, se ganhasse as eleições, iria rever o acordo proposto pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e já aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. O texto, de autoria do deputado José Rocha (PFL-BA), restabeleceu a proposta original e eliminou todas as salvaguardas inseridas pelo então deputado Waldir Pires do (PT – BA), relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. "Não somos contra o acordo nem com os Estados Unidos nem com quem quer que seja, mas vamos ter de renegociar todo o texto", disse Rebelo, que presidiu a Comissão de Relações Exteriores. Ele insiste em que não há como discutir com pareceres antagônicos e "politicamente comprometidos". O parecer do deputado Waldir Pires - que insere ressalvas ao texto - não é aceito pelos Estados Unidos. O parecer de José Rocha não é aceito pelo governo petista. Numa reunião na quinta-feira (13), os ministros da Defesa, José Viegas Filho, das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, começaram a discutir os novos termos do acordo. O governo entende que a melhor solução é, a partir do texto de Waldir Pires, analisar o que pode ser modificado, "sem atingir a soberania brasileira". O texto original diz, por exemplo, que a Receita Federal, quando quiser, poderá vistoriar os contêineres das empresas participantes do programa espacial americano quando estes chegarem à base de Alcântara. Mas o PT, na época, defendia uma vistoria mais ampla. Com as cláusulas interpretativas, o texto poderá ser aprovado sem que haja necessidade de uma nova negociação com o governo dos Estados Unidos, o que não acontecerá se ficarem valendo as ressalvas de Waldir Pires. As ressalvas tratam basicamente da eliminação da restrição do uso que os recursos obtidos com o aluguel da base de Alcântara aos americanos não poderiam ser ali aplicados. Ele derrubou ainda a determinação de que caberia aos americanos a expedição de crachás para que brasileiros circulassem na área de lançamento por ocasião da operação com foguete daquele país. Por fim, o texto eliminava o impedimento para que o Brasil fizesse acordos tecnológicos com países que sofram restrições dos EUA. (O Estado de S. Paulo – Nacional -15/03/03)

Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) localiza 33 pistas clandestinas

A edição do último dia 16 do jornal *O Estado de S. Paulo* informou que, nos seus primeiros trinta dias de atividade, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) identificou e apreendeu 84 aviões em vôo irregular na região, por meio da rede de radares e sensores

eletrônicos. No mesmo período, foram localizadas 33 pistas clandestinas usadas pelo narcotráfico, contrabandistas e garimpeiros ilegais. Um número não revelado dessas instalações já foi destruído pela Polícia Federal. A média de ocorrências nos períodos seguintes tem se mantido na mesma proporção. A maioria dos aviões foi apresada depois do pouso, em princípio por não ter plano de vôo registrado. "Muitos dos pilotos não eram habilitados. Havia aeronaves sem documentação ou com homologação claramente fraudada", revelou um dos oficiais da Aeronáutica envolvidos no processo. Segundo o mesmo militar, é possível que em algumas situações tenha sido necessário conduzir o avião em situação irregular ("logo, considerado um intruso") com o emprego de um turboélice T-27 Tucano, armado, lançado de uma das bases da Força Aérea Brasileira (FAB) na Amazônia. O Sivam entrou em operação em 25 de julho do ano passado e ainda está na fase preliminar dos serviços integrados. Durante as primeiras quatro semanas, no fim do ano passado, entraram em ação quase todas as 25 estações fixas e móveis dos radares de superfície, combinadamente com dois jatos R-99A de alerta avançado e vigilância mais um R-99B de sensoriamento remoto, ambos os modelos fabricados pela Embraer sobre a plataforma do Emb-145. "Os números iniciais revelam que o trabalho conjunto apresentou resultados altamente produtivos", afirma o diretor de mercados de Defesa da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) para a América Latina, Nilton Medina. Em julho, a empresa começa a entregar as primeiras unidades do lote de 76 turboélices A-29 e AT-29 Supertucanos, o avançado avião de ataque leve que será o braço armado do Sistema de Vigilância da Amazônia. Com capacidade para levar 1,5 tonelada de armamento, é dotado de sofisticados sistemas eletrônicos da última geração tecnológica, semelhante aos utilizados nos caças supersônicos pesados. Como mostra *O Estado*, o anúncio do bom rendimento inicial do Sivam é oportuno. A tensão na fronteira noroeste e norte voltou a crescer depois da identificação de bases regulares das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) nos municípios de Letícia - na margem Colombiana do rio, diante da brasileira Tabatinga e La Tercera, muito próximos da divisa. Nessas localidades estão abrigadas na selva as Frentes 11 e 13 dos rebeldes. Há dez dias ambas as colunas apareceram citadas em um relatório reservado da Diretoria de Investigações e Informações do Banco Mundial como bases de transferência do dinheiro das Farc para compras no exterior. De acordo com o documento, assinado pelo diretor do grupo de pesquisa estratégica do banco, Paul Collier, a guerrilha movimentou cerca de US\$ 1 bilhão nos mercados financeiros, nos últimos 20 anos. Esse dinheiro "parte de uma atividade econômica que pode chegar a US\$ 4 bilhões" é o resultado do pagamento de resgates cobrados pela libertação de seqüestrados, da extorsão exercida sobre empresários e da venda de uma espécie de seguro, comprado por organizações multinacionais para garantir imunidade contra ataques às suas instalações ou dirigentes. O principal segmento na composição da renda da guerrilha, segundo o documento do Banco Mundial, provém do crime organizado - as Farc são acusadas de guarnecer os canais de escoamento de cocaína e heroína rumo aos Estados Unidos e Europa. (O Estado de S. Paulo - Nacional - 16/03/03)

Para Partido dos Trabalhadores (PT), Iraque não representa perigo à paz

O Partido dos Trabalhadores (PT) aprovou no domingo (16), no primeiro encontro do Diretório Nacional do partido após a eleição presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma resolução condenando uma eventual guerra no Oriente Médio por considerar que não há evidências de que o Iraque represente perigo à paz. De acordo com o texto do PT, o governo brasileiro acerta ao se colocar contra um conflito armado e pela intensificação dos esforços diplomáticos na região. "O posicionamento contrário à guerra, principalmente quando não há indícios evidentes de que o Iraque represente um perigo à paz, é um

imperativo de ordem moral", diz o texto. Dizendo ser parte do caráter do brasileiro o espírito pacifista, a resolução afirma que mesmo antes do conflito já há prejuízos à economia do Brasil, responsabilizando a iminência da guerra pela política de juros altos e pela elevação da inflação: "Sem ser ainda desencadeada, a guerra já produz efeitos perversos na economia mundial, que flerta com a recessão, em decorrência da elevação do preço dos combustíveis, da deterioração da confiança e do aumento da aversão ao risco". É mais adiante: "As principais conseqüências do estado de guerra sobre a economia brasileira são as dificuldades na retomada do crédito externo, que contribuem para manter pressionadas as taxas de juros e de câmbio e a inflação". (Folha de S. Paulo – Brasil - 16/03/2003).

Guerra leva Estados Unidos a buscarem aproximação com Brasil

A relutância de Chile e México em apoiar uma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas para legitimar um ataque americano contra o Iraque estremecerá temporariamente as relações dos Estados Unidos com seus dois mais próximos aliados na América Latina. Embora o governo Luiz Inácio Lula da Silva compartilhe das preocupações do Chile e do México sobre o confronto entre EUA e Iraque, o País pode ver seu espaço de atuação em Washington ampliado após o conflito, segundo diz *O Estado de S. Paulo*. Na semana passada, em encontro com especialistas da região para colher idéias de possíveis iniciativas norte-americanas para a América Latina depois que os ânimos da guerra se pacificarem, um alto funcionário americano registrou a disposição dos EUA de aprofundar e institucionalizar o relacionamento com o Brasil. Essa mesma disposição foi sublinhada quarta-feira pelo subsecretário para assuntos políticos do Departamento de Estado, Marc Grossman, o terceiro homem da hierarquia do Ministério das Relações Exteriores americano. Impedido pela crise diplomática no Conselho de Segurança de viajar naquele dia a Brasília para reunião semestral de consultas, ele convidou os correspondentes de jornais brasileiros para uma entrevista e transmitiu a mensagem que havia preparado. "O Brasil é importante para os EUA, um parceiro-chave no hemisfério e em todas as coisas que estamos fazendo no mundo", disse. Segundo ele, a ambição de Lula de ver o Brasil assumir papel mais claro de liderança na região "não incomoda" os EUA. "Na verdade, achamos que isso é uma boa coisa e algo que apoiamos", explicou, depois de registrar a satisfação do governo Bush com o trabalho conjunto que os dois países vêm realizando no Grupo de Amigos da Venezuela - iniciativa de Lula -, a recente visita do presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, a Brasília, e o apoio do Brasil a uma resolução aprovada na Organização dos Estados Americanos condenando os atentados terroristas cometidos contra representações diplomáticas em Bogotá. "O Brasil já é um líder regional, é um país grande e parceiro essencial para os EUA". (O Estado de S. Paulo – Nacional - 16/03/2003).

Jornal norte-americano *The New York Times* analisa o papel das Forças Armadas brasileiras

O jornal *The New York Times* (NYT), como mostra *O Globo* do dia 17 "dedicou uma página de sua edição do dia anterior à discussão sobre os novos papéis das Forças Armadas na vida civil brasileira sob o título: "Os militares do Brasil, menores do que foram, são solicitados a fazer mais". O jornal diz: "Se o crime está ficando fora de controle, e a polícia não pode controlar a situação, mande o Exército. Se ajuda extra é necessária para construir e consertar estradas, distribuir comida para os pobres ou empreender programas de treinamento de esportes, convoque os militares". O texto sustenta em seguida que os militares foram lançados "no centro das coisas" para "avançar a ambiciosa agenda de desenvolvimento social do presidente Luiz Inácio Lula da Silva". A reportagem repassa o episódio da segurança do Carnaval do Rio de Janeiro, ameaçado por traficantes, quando a cidade contou com o reforço de três mil soldados. Mas, segundo o periódico, a ação

disparou “um crescente debate” sobre a restauração ou a expansão do papel das Forças Armadas, “num país que viveu sob ditadura militar de 1964 a 1985”. O correspondente do NYT, Larry Rohter, ouviu um especialista americano em Forças Armadas latino-americanas, Richard Millett, que afirma que Lula fez muitas promessas, “e os militares são um dos poucos recursos que ele tem disponível”, pois “já estão na folha de pagamento, já estão nos lugares em que precisam estar e têm disciplina. Podem não ser a primeira opção, mas não há segunda opção”. Diz o jornal que “os militares vêm recebendo bem o novo papel, especialmente se isto significa que mais dinheiro do apertado orçamento do governo virá”. (O Globo - O País -17/03/2003)

Militares ficam de fora da reforma previdenciária

O governo vai criar uma espécie de ‘pedágio’ para os atuais servidores que queiram aposentar-se antes da nova idade mínima que será incluída na proposta de reforma da Previdência. A idade mínima exigida no serviço público, que hoje é de 48 anos para mulheres e 53 para homens, passará para 55 e 60. De acordo com a proposta elaborada pelo Ministério da Previdência, quem quiser sair mais cedo vai perder até 35% da aposentadoria. Depois de vários recuos em seu discurso, o governo já admite deixar os militares fora de um sistema único de aposentadorias. A proposta de inclusão foi duramente criticada pelas Forças Armadas. O próprio presidente disse reconhecer que os militares representam uma categoria à parte e, portanto, devem ter tratamento diferente. (O Globo - O País -17/03/2003)

Brasil toma providências com o início do conflito no Iraque, mas posiciona-se contra a guerra

O governo brasileiro decidiu enviar na noite de segunda-feira (17) dois aviões para retirar brasileiros do Oriente Médio. As aeronaves devem sair da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, rumo ao Cairo (Egito). O governo enviou um Hércules e um Boeing 707 da Força Aérea Brasileira (FAB). Caso seja necessário, o governo poderá enviar mais aviões para a região. De acordo com estimativas do Itamaraty, há 20 mil brasileiros nos vários países próximos ao Iraque. Numa ação coordenada com embaixadas do Brasil em países vizinhos ao Iraque — como Israel, Síria, Jordânia, Irã, Líbano, Arábia Saudita e Kuwait — o Itamaraty e o Ministério da Defesa montaram uma estratégia para a retirada de brasileiros, por terra e ar. Segundo funcionários do Itamaraty, a possibilidade de o conflito se estender a outros países é remota, mas existe. Por isso, o plano de retirada começou a ser articulado já em agosto do ano passado, quando ficou mais evidente a intenção dos EUA de atacar o Iraque. Embaixadas e outros postos de representação do Brasil na região estão recebendo recursos extras. Estes seriam usados, entre outras coisas, para pagar o aluguel de ônibus que sairão das embaixadas rumo a países mais distantes do conflito. Ainda de acordo com o Itamaraty, a maioria dos brasileiros que estão nos dez países próximos ao Iraque são predominantemente detentores de dupla nacionalidade ou são cônjuges de cidadãos locais, com permanência consolidada na região. Na segunda-feira (17), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone com o secretário-geral da Organização Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, para reiterar a posição brasileira contrária a quaisquer ações militares contra o Iraque sem o aval da instituição. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, revelou que a declaração de Lula foi feita a Kofi Annan na segunda-feira (17) à tarde, na conversa que tiveram ao telefone. O secretário-geral comunicou-se com Lula para agradecer o apoio recebido na busca de uma solução diplomática para a situação no Iraque. Lula propôs a convocação de uma reunião de cúpula dos governantes dos países representados na ONU que se opõem ao ataque ao Iraque e Annan disse ao presidente brasileiro que, por enquanto, é mais prudente esperar a evolução dos fatos. Na terça-feira

(11), em Haia (Holanda), Celso Amorim entregou a Annan uma carta de Lula, na qual o presidente declarava-se pronto para cooperar numa solução pacífica para a crise do Iraque e relatava os contatos com diferentes líderes mundiais, aos quais reiterou a necessidade de "promover o desarmamento do Iraque sob a autoridade do Conselho de Segurança da ONU". De acordo com o Itamaraty, a posição do Brasil é de que o "Iraque deve cumprir a resolução do Conselho de Segurança e a força deve ser usada somente como último recurso, devendo seu uso ser autorizado pelo Conselho". O presidente brasileiro conversou nos últimos dias com o colega francês, Jacques Chirac, e com o angolano José Eduardo dos Santos, cujo país é membro não-permanente do Conselho de Segurança; Lula também conversou com o chanceler alemão, Gerhard Schröder, e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair. Nesta segunda-feira (17), Lula reiterou sua posição durante um almoço oferecido ao primeiro-ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, que está em visita oficial ao país. Na quinta-feira (20), em pronunciamento à nação transmitido por emissoras de rádio e TV, o presidente Lula lamentou o início da ação armada contra o Iraque, e informou que o governo está tomando as providências para que o povo brasileiro não sofra os efeitos da guerra: "Estamos cuidando do abastecimento, da saúde da vigilância das nossas fronteiras, e do apoio aos brasileiros que vivem na região afetada pelo conflito", disse o presidente. No mesmo dia, à tarde, Lula se reuniu com o Ministro da Defesa, José Viegas. A Presidência montou várias centrais de acompanhamento da guerra. A avaliação dos impactos está sendo coordenada pela Casa Civil. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) também tem um centro de informações, e no Ministério da Defesa está o Centro de Controle de Operações do Comando Supremo, interligado às correspondentes salas de situação da Marinha do Exército e da Aeronáutica. O Itamaraty informou na sexta-feira (21) que os EUA pediram ao Brasil que expulse os diplomatas iraquianos que se encontram no país. Segundo uma fonte do Ministério das Relações Exteriores, o governo brasileiro não deve considerar o pedido, informando que não há razão para tal medida. (Folha de S. Paulo – Brasil - 17/03/03; O Globo – O Mundo – 18/03/03; Correio Braziliense – Tema do Dia – 19/03/03; O Globo – Plantão – O país – 21/03/03; O Globo – Mundo – 21/03/03; Correio Braziliense – Tema do Dia – 21/03/03; Jornal do Brasil – Internacional – 21/03/03; O Estado de S.Paulo – Internacional – 21/03/03;).

Exército comanda combate ao fogo em Roraima

Para combater os incêndios no Estado de Roraima (região norte do país), o contingente do Exército passou de cerca de mil homens, para 1400 soldados; o comando das operações, que inicialmente era da Defesa Civil, passou para o Exército. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que um avião do Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, irá ajudar na detecção dos pontos de incêndio. (Folha de São Paulo – Cotidiano – 18/03/03)

Programa Nuclear da Marinha pede mais verbas

A Marinha brasileira necessita de um orçamento anual de no mínimo R\$ 65 milhões para trabalhar num ritmo que garanta a conclusão do seu programa nuclear em 2017, o que significaria chegar à etapa de instalação de um reator na sua unidade do Centro Experimental Aramar em Iperó, na região de Sorocaba (Estado de São Paulo). Esperando receber mais verbas da União para o programa ainda este ano, a Força levou, no último dia 17, os ministros José Viegas (Defesa) e Roberto Amaral (Ciência e Tecnologia) para conhecer o programa no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). Eles visitaram por mais de seis horas o Centro Experimental Aramar em Iperó. A necessidade do orçamento anual de R\$ 65 milhões foi revelada pelo contra-almirante Alan Paes Leme Arthou, diretor do CTMSP. Os recursos do programa para 2003 são de R\$ 55 milhões, 15,39% menos do que o desejado e 8,34% inferiores aos R\$ 60 milhões de 2002. Isso

mostra que, depois de sofrer cortes orçamentários nos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o programa nuclear da Marinha entra no governo de Luís Inácio Lula da Silva ainda em dificuldades. Para chegar aos R\$ 65 milhões, não bastam mais R\$ 10 milhões, mas R\$ 40 milhões. Isso porque, segundo Arthou, a Marinha, frente às necessidades, transferiu recursos de manutenção de navios para o programa nuclear. O plano da Força é remanejar R\$ 30 milhões do programa nuclear para os navios e receber os R\$ 40 milhões que somariam os R\$ 65 milhões. A redução do orçamento para 2003 obrigou a Marinha a cancelar, no fim de 2002, a licitação da construção do prédio do reator previsto para Aramar. Desde o início do programa, em 1979, o governo gastou US\$ 1 bilhão e seriam necessários mais quase US\$ 200 milhões (perto de 20% do gasto total) para concluir todas as instalações previstas, que vai até a etapa de construção do reator em Aramar. A partir de então é que a Marinha estará pronta para fazer os testes que levarão ao primeiro submarino nuclear brasileiro. Após o encontro os ministros comprometeram-se a conseguir mais verbas para o projeto. "Existe toda intenção não só de manter, mas de valorizar os empreendimentos da Marinha no Centro Tecnológico", disse Viegas. "Nós temos o maior interesse nesse projeto", disse o ministro Amaral, acrescentando que ele é estratégico como segurança e como ciência. (O Estado de São Paulo – Geral – 18/03/03; O Estado de São Paulo – Geral – 19/03/03)

Promotor da Justiça Militar diz ter sido ameaçado de morte no Rio de Janeiro

O promotor Otávio Bravo, da Justiça Militar no Rio de Janeiro, encaminhou denúncia à Procuradoria Geral da Justiça Militar na qual afirma ter sido ameaçado de morte no último dia 17. O motivo seria uma investigação sobre oficiais do Exército que teriam cometido fraudes no concurso para o curso de formação de sargentos realizado no ano passado. Há um processo sobre o caso. A fraude do bando não se limitou ao Rio, estendendo-se também a São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Ceará e Distrito Federal. A procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, orientou Bravo a procurar a Polícia Federal. Bravo afirmou estar se sentindo "desprotegido", mas não quer abandonar o caso. No processo, ele denunciou dois capitães, seis sargentos, dois outros militares e um civil sob acusação de que teriam roubado e vendido o gabarito da prova do concurso de formação de sargentos. O inquérito apurou que a solução da prova foi vendida por preços que variam de R\$ 2.000 a R\$ 8.000. Um dos encontros para entrega de gabaritos, ao preço de R\$ 5.000, ocorreu dentro da Vila Militar, um dia antes da prova, em 25 de julho de 2001. Os envolvidos, se condenados, serão expulsos do Exército. De acordo com Bravo, os réus já teriam ameaçado por telefone o relator do inquérito e uma testemunha. Ele afirmou que em breve irá pedir a prisão preventiva dos 11 denunciados. O jornal *O Globo* publicou que o caso representa uma crise de segurança que ameaça desestabilizar o Rio e todo o país, pois mostra a infiltração da criminalidade nos quartéis e o desrespeito à Justiça. (Folha de S. Paulo – Ribeirão – 19/03/03; O Globo – Rio – 20/03/03)

Integrantes do governo Lula defendem modelo de desenvolvimento do regime militar

O líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP) foi um dos integrantes do governo a manifestar simpatia aos programas de desenvolvimento do regime militar como parâmetro para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Na reunião interministerial ocorrida na quarta (19) e quinta-feiras (20) na Granja do Torto (residência oficial do presidente), a palavra de ordem foi "planejamento estratégico", com a fixação de metas nacionais com vistas à distribuição de renda no país. Em suas falas na reunião na Granja do Torto, tanto o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, como o da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, citaram como bons exemplos programas adotados por governos militares. Assim como Mercadante, Ciro falou do Plano

Nacional de Desenvolvimento (PND), do governo Geisel. Amaral, por sua vez, defendeu o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) do governo Dutra (1946-50). O ministro da Ciência e Tecnologia explicou na quinta-feira (20) que usou o Salte como exemplo do “primeiro grande esforço de planejamento do Brasil”. (O Globo – O país – 21/03/03)

Artigo destaca necessidade de anonimato de autoridades brasileiras

O prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, em artigo publicado na seção “Opinião” do jornal *O Globo* no dia 21, apontou que as autoridades brasileiras, inclusive as Forças Armadas, tem hoje a necessidade de proteger sua integridade física no anonimato, constituindo, segundo César Maia, uma legião de “sem-identidade”. O prefeito refere-se à onda de atentados e crimes cometidos contra magistrados, militares e policiais envolvidos no combate ao tráfico de drogas e o crime organizado, cuja última vítima, o magistrado Antônio Machado Neto, assassinado dias atrás, fez surgir reações visando protegê-los. Segundo Maia, a possibilidade de tornar-se alvo de criminosos faz com que policiais e militares ocultem seu fardamento - e identidade - fora do horário de trabalho. O prefeito rememora, em tom nostálgico, quando ele próprio servira ao Exército, há 40 anos, o orgulho em exibir sua condição. Para Maia, hoje “os soldados e oficiais das Forças Armadas também não circulam mais com suas fardas nestes grandes centros, ocultam sua identidade porque também passaram a ser alvo das sevícias de delinqüente”. (O Globo – Opinião – César Maia – 21/03/03)

Ministro da Defesa se pronuncia sobre o conflito no Iraque

O ministro da Defesa brasileiro, José Viegas, garantiu na quinta-feira (20), após uma reunião da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, que o Brasil está preparado para os efeitos da guerra; teria bons estoques de petróleo e não é vulnerável a ataques terroristas. Além disso, a segurança em pontos considerados “mais sensíveis do território” brasileiro foi reforçada, como a Tríplice Fronteira (fronteira compartilhada entre Brasil, Argentina e Paraguai), local que concentra grande população de origem árabe, bem como as demais fronteiras e aeroportos do país. A respeito do “perigo terrorista” na região da Tríplice Fronteira, a coluna de Ricardo Boechat da sexta-feira (21) apontou que, quase 30 horas após o início do ataque americano ao Iraque, nenhuma anormalidade foi registrada na localidade. Segundo o colunista, o governo dos EUA pediu vigilância especial na região, por acreditar que terroristas podem estar planejando ações contra alvos americanos. Na Amazônia, região em que o governo possui uma preocupação especial, as tropas estão em alerta, podendo ser acionadas imediatamente. O Comando da Aeronáutica reduziu o tempo de resposta da defesa aérea do País. A regra vale tanto para os caças F-5 da Força Aérea Brasileira (FAB), sediados no Rio de Janeiro, quanto para os Mirage, que ficam em Anápolis (Estado de Goiás). Pelo tempo de praxe, a decolagem em busca de um suposto alvo era de 20 minutos. Com as novas medidas, o tempo foi reduzido para cinco minutos. De acordo com Viegas, o Brasil deve sofrer os impactos recessivos que a guerra trará sobre a economia mundial: “Vai haver uma diminuição da atividade econômica, vai haver uma diminuição do turismo, das viagens. Vai haver um maior risco de eclosões de fatos terroristas. Vai haver uma possível consequência sobre o preço do petróleo”. O ministro descartou ainda a possibilidade de os Estados Unidos retaliarem o Brasil devido à posição do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a operação militar no Iraque: “Ninguém pode adotar medidas de retaliação diante de uma declaração em favor da paz ou da lamentação a respeito da guerra”, afirmou Viegas. Ele destacou que o Brasil expressa “a posição da maioria dos países do mundo”. (Correio Braziliense – Tema do Dia – 21/03/03;

O Globo – Mundo – 21/03/03; Jornal do Brasil – Internacional – 21/03/03; Jornal do Brasil – Colunas- Ricardo Boechat – 21/03/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp e Adele Godoy, bolsista CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo